

Síntese do Informe

O informe apresenta alguns destaques da primeira semana da 67ª Comissão Sobre a Situação das Mulheres, as pautas que ainda serão abordadas e algumas expectativas de encaminhamento para a resolução final. A agenda começou na semana do Dia Internacional das Mulheres 2023 com o tema “DigitALL: Inovação e Tecnologia para a Igualdade de Gênero” no foco do debate. Em seguida, apresenta-se alguns dados sobre a persistente lacuna no acesso digital de meninas e mulheres, sua relação com a perpetuação de desigualdades de gênero e algumas possibilidades para reverter este cenário.

Também na lógica de abordar a igualdade de gênero, nosso informe apresenta o Mapa Mulheres na Política 2023, lançado pela ONU Mulheres e IPU (Inter-Parliamentary Union), mostrando que, embora a participação de mulheres na política tenha aumentado, elas seguem sub-representadas.

Por fim, o informe traz trechos de uma reflexão publicada no The Lancet sobre a corporatização da igualdade e bem-estar das mulheres.

Dia Internacional das Mulheres 2023:

Onde estamos na inovação e tecnologia para a igualdade de gênero?

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho

Notícias da 67ª Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW67)

A Comissão sobre a Situação das Mulheres (*Commission on the Status of Women - CSW*) é o principal órgão intergovernamental global dedicado exclusivamente à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. É uma comissão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), estabelecida por uma resolução em 21 de junho de 1946. Este ano, o evento está sendo realizado de 6 a 17 de março. O tema deste ano é DigitALL: Transformação Digital para Meninas e Mulheres.

Um informativo sobre os encaminhamentos da primeira semana foi dado na manhã de sexta-feira (10/03). Alguns pontos destacados foram:

- Grande participação da alta governança dos estados-membro: 87 ministérios, 6 chefes de estado, diversos vice-presidentes e primeiros ministros estão presentes;
- A representante da Comissão destaca a fala do secretário-geral de uma preocupação para garantir que os espaços de “Vales do Silício” não sejam os “Vales da morte da igualdade de gênero”;

- Reforça que a agenda têm ocorrido com o propósito de buscar uma estrutura global de governança para aplicar as propostas discutidas na CSW;
- Expectativa da porta voz sobre o tema é de que as discussões sobre segurança e tecnologia vão se prolongar para muito além da CSW, mas que há um anseio pela definição do significado de “violência de gênero facilitada pela tecnologia” - e definir isso agora é crucial;
- Preocupações levantada representantes da sociedade civil: algumas diretrizes jurídicas protegem as *big techs* e não a segurança de meninas e mulheres - situação é mais grave no sul global; pouca representatividade da sociedade civil nas mesas de negociação/decisão; solicitação para incluir as “meninas” no rascunho que está sendo discutido, já que em muitas seções só citam “mulheres” e isso pode ser um ponto decisivo da resolução.

Perspectivas para a próxima semana:

- Diálogo Interativo da Juventude (*Youth Interactive Dialogue*): será a primeira oportunidade oficial na CSW para que as jovens se manifestem quanto ao tema em debate, influenciando os tomadores de decisão;
- Ocorrerá a agenda anual da Sociedade Civil com o Secretário Geral (*Annual Calendar Event*) - 40 ONGs terão espaço para dialogar;

Muitos eventos paralelos estão ocorrendo e podem ser acessados no site da [UN Web TV](#). Para acessar a gravação que sintetiza a primeira semana da 67CSW, [clique aqui](#).

A condutora pediu que todas às mulheres da platéia que já sofreram algum tipo de violência no âmbito digital que levantassem as mãos - pediu foto e se comprometeu a levar para as discussões, fazendo a provocação de que os representantes pensassem sobre as mulheres que estão próximas deles

Reunião do conselho de segurança das Nações Unidas - dia 07/03

Resolução 1325 - outubro 2000

Moçambique - as pessoas que trazem vida ao mundo

the women’s views count, not just count the women - em posição de decisão

if we want to give peace a chance, we must give women a chance too

ONU Mulheres - Dia Internacional das Mulheres 2023 - DigitALL: Inovação e Tecnologia para a Igualdade de Gênero

Alguns números:

- As mulheres representam apenas 22% dos trabalhadores de inteligência artificial em todo o mundo;
- Uma análise global de 133 sistemas em todos os setores que utilizam inteligência artificial apontou que 44,2% deles demonstram viés e preconceito de gênero.
- Uma pesquisa com mulheres jornalistas de 125 países constatou que 73% sofreram violência online durante seu trabalho.

Desde os primórdios da computação até a era atual da realidade virtual e da inteligência artificial, as mulheres fizeram e fazem contribuições incalculáveis para o mundo digital. Suas realizações foram contra todas as probabilidades, em um campo que historicamente não as acolheu ou apreciou.

Hoje, uma persistente lacuna de gênero no acesso digital impede as mulheres de acessarem todo o potencial da tecnologia. Sua sub-representação na educação e nas carreiras STEM (*science, technology, engineering and mathematics* - ciência, tecnologia, engenharia e matemática) continua sendo uma grande barreira para sua participação no design e governança de tecnologias. E a ameaça generalizada de violência baseada em gênero on-line – juntamente com a falta de recurso legal – muitas vezes as força a sair dos espaços digitais que ocupam.

Ao mesmo tempo, a tecnologia digital está abrindo novas portas para o empoderamento global de mulheres, meninas e outros grupos marginalizados. Da aprendizagem digital sensível ao gênero à saúde sexual e reprodutiva facilitada pela tecnologia, a era digital representa uma oportunidade sem precedentes para eliminar todas as formas de disparidade e desigualdade.

A convocação deste 8 de março é para que governos, ativistas e o setor privado fortaleçam seus esforços para tornar o mundo digital mais seguro, inclusivo e igualitário.

“Power on”: como podemos turbinar um futuro digital igualitário

Do aprendizado online e do ativismo digital à rápida expansão de empregos tecnológicos com altos salários, a era digital gerou oportunidades sem precedentes para o empoderamento de mulheres e meninas. Mas o avanço da tecnologia também está introduzindo novas formas de desigualdade e aumentando as ameaças aos seus direitos e bem-estar.

Mulheres e meninas continuam sub-representadas na criação, uso e regulamentação da tecnologia. Elas são menos propensas a usar serviços digitais ou ingressar em carreiras relacionadas à tecnologia e significativamente mais propensas a enfrentar assédio e violência online. Isso limita não apenas seu próprio empoderamento digital, mas também o potencial transformador da tecnologia como um todo – na última década, a exclusão das mulheres da esfera digital eliminou US\$1 trilhão do PIB de países de baixa e média renda.

Diante da escalada das crises globais, estamos em uma encruzilhada: permitir que a tecnologia amplie as disparidades existentes e concentre ainda mais o poder nas mãos de poucos, ou colocá-la para trabalhar em prol de um futuro mais seguro, sustentável e igualitário

para todos. E as escolhas que fazemos hoje impactarão profundamente os caminhos a seguir. Estes são quatro passos que podem ser tomados na direção certa:

1. Fechar todas as lacunas no acesso e habilidades digitais - Embora os esforços para fechar essas lacunas tenham levado a melhorias na pontuação de paridade de gênero, a lacuna absoluta entre o acesso de homens e mulheres aumentou em 20 milhões desde 2019. Hoje, 63% das mulheres têm acesso à Internet, em comparação com 69% dos homens. E as mulheres têm 12% menos probabilidade de possuir um telefone celular - número praticamente inalterado desde antes da pandemia.

Essas médias globais não consideram ainda questões como: raça, idade, deficiência, status socioeconômico e localização - fatores que desempenham um importante papel na determinação do acesso e uso digital das mulheres. Grupos marginalizados, como mulheres mais velhas, mulheres rurais e mulheres com deficiência, enfrentam barreiras significativamente maiores à conectividade. Nos países menos desenvolvidos – onde, apesar dos sinais de banda larga móvel cobrirem 76% da população, apenas 25% das mulheres estão conectadas – os homens têm 52% mais chances de pertencer a essa minoria online.

Estes números deixam claro que preencher as lacunas de acesso exigirá mais do que apenas uma infraestrutura digital melhor. Abordar fatores como acessibilidade, acesso à eletricidade, privacidade, segurança online, normas sociais, habilidades digitais e alfabetização – todos mediados por gênero – é fundamental para conectar as mulheres de maneira significativa.

Nenhum setor pode fazer isso sozinho. É necessário a colaboração entre governos, empresas e organizações da sociedade civil e de mulheres. O trabalho explícito de gênero e perspectivas interseccionais em planos e políticas digitais pode ajudar a catalisar esse tipo de coordenação intersetorial – um ponto de partida crucial, visto que apenas metade das políticas ou planos diretores nacionais de tecnologia da informação e comunicação (TIC) fazem qualquer referência ao gênero hoje. A formulação de políticas bem-sucedidas também exigirá mais pesquisas sobre as barreiras ao acesso digital das mulheres, bem como a coleta de dados sobre a eficácia dos esforços para superá-las.

Saber o que funciona também não é suficiente – os governos precisam investir em programas e iniciativas baseadas em evidências. Fornecer planos de dados de baixo custo, por exemplo, pode ajudar muito a superar as barreiras de acesso de gênero. Isso também se aplica aos programas de alfabetização digital, que podem ajudar a dar às mulheres e meninas as habilidades necessárias para liderar, conectar e moldar com sucesso o espaço digital.

2. Apoiar mulheres e meninas em carreiras de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) - Hoje, as mulheres continuam sendo uma minoria na educação e nas carreiras STEM, representando apenas 28% dos graduados em engenharia, 22% dos trabalhadores de inteligência artificial e menos de 1/3 dos funcionários do setor de tecnologia em todo o mundo. Sem representação igualitária nesses campos, a participação das mulheres na definição de tecnologia, pesquisa, investimentos e políticas permanecerá extremamente limitada. Os mesmos desafios se aplicam ao acesso a carreiras de rápido crescimento e altos

salários – uma desigualdade agravada pelo fato de que, à medida que a tecnologia e a inovação digital perturbam as indústrias, as mulheres arcarão com o peso da perda de empregos.

Os estereótipos sobre quem é e quem não é adequado para carreiras ligadas à STEM desempenham um papel importante em desencorajar as meninas a entrarem nesses campos. Essas crenças se tornam um ciclo que se auto perpetua: sem incentivo nas áreas de tecnologia, as meninas acabam sem o conhecimento necessário – tornando-as menos propensas a expressar interesse.

Já àquelas que conseguem entrar em trabalhos ligados à tecnologia geralmente enfrentam um ambiente ativamente hostil, com uma diferença salarial significativa (21%) e taxas de promoção consideravelmente mais baixas (52 mulheres para cada 100 homens). Quase metade (48%) relata ter sofrido assédio no local de trabalho e 22% dizem que estão pensando em deixar o trabalho por completo devido ao tratamento que receberam no setor.

Fornecer acesso universal de banda larga para professores, alunos e escolas – e garantir alfabetização digital para seus usuários – pode aumentar a exposição das meninas ao STEM, especialmente aquelas de origens menos privilegiadas. A aprendizagem digital oferece novas oportunidades para adaptar ambientes educacionais e currículos às necessidades de meninas e estudantes de grupos marginalizados.

Trabalhar para eliminar preconceitos de gênero nas escolas também é fundamental, assim como garantir que as meninas tenham acesso a mentoras nas áreas de STEM com as quais possam se identificar e conectar essas áreas com outras disciplinas – bem como enfatizar suas aplicações potenciais para os desafios sociais, que as evidências mostram ser um dos principais impulsionadores das escolhas de carreira das meninas – pode ajudar a aumentar o interesse das meninas também.

Para ajudar as mulheres a serem bem-sucedidas em um mercado de trabalho em mudança, devem ser criados programas direcionados para isso, com regulamentações trabalhistas ampliadas para garantir que as transições no mercado de trabalho melhorem a posição das mulheres, em vez de simplesmente reproduzir as desigualdades existentes. Isso inclui salário mínimo, regulamentos contra a discriminação salarial e sistemas de proteção social que abordam, por exemplo, as discrepâncias entre os encargos de cuidados não remunerados de mulheres e homens.

3. Criar tecnologias que atendam às necessidades de mulheres e meninas - A tecnologia reflete seus criadores. Portanto, quando mulheres e meninas são deixadas de fora dos espaços de tecnologia e inovação, não é surpresa que as ferramentas digitais não atendam às suas necessidades. O baixo investimento em, por exemplo, ferramentas digitais que promovam a saúde sexual e reprodutiva é o resultado natural dos processos de tomada de decisão que sistematicamente excluem as vozes das mulheres.

Ao mesmo tempo, as lacunas de acesso digital significam que as mulheres produzem menos dados do que os homens, e a falta de desagregação dos dados leva a uma representação desigual nos conjuntos de dados. Isso tem grandes efeitos no aprendizado de máquina e na entrega de serviços habilitados para a inteligência artificial. Uma análise global de 133 sistemas

de 1988 até hoje descobriu que 44,2% apresentam viés de gênero, com 25,7% exibindo preconceito de gênero e racial – o que levou a uma qualidade de serviço inferior, distribuição desigual de recursos e reforço de estereótipos nocivos. Este problema passou despercebido devido à inadequação da supervisão do setor de tecnologia. Mesmo onde estruturas éticas foram desenvolvidas, elas carecem de salvaguardas – e como a regulamentação foi amplamente deixada para as próprias empresas, muitas ignoraram ou investiram pouco em estratégias de mitigação de danos.

A criação de tecnologia mais inclusiva e menos tendenciosa começa com processos de design e regulamentação baseados em direitos humanos. Isso significa centrar as vozes de mulheres marginalizadas e vulneráveis, bem como cientistas sociais e comportamentais e especialistas em direitos humanos, na concepção de novas ferramentas digitais. Também significa abordar explicitamente as tensões entre o exercício de diferentes direitos online, como liberdade de expressão versus direito à segurança. E significa tornar as estruturas éticas aplicáveis, fundamentando-as em padrões e normas internacionais de direitos humanos.

A reforma regulatória não pode ser deixada para o setor de tecnologia. Os governos precisam intervir para definir as responsabilidades das empresas, exigir mecanismos de monitoramento e avaliações de impacto de gênero, e garantir a transparência no uso de dados por meio de mecanismos como auditorias obrigatórias de inteligência artificial. No nível internacional, a governança digital será crucial para garantir que o desenvolvimento da tecnologia esteja alinhado com o bem comum e não apenas com os interesses das corporações multinacionais.

4. Abordar a violência de gênero facilitada pela tecnologia - Apesar de sua prevalência e gravidade, não existe uma definição universalmente aceita de violência de gênero facilitada pela tecnologia, mas pode ser entendida como qualquer ato de violência cometido, assistido ou agravado pelo uso das TIC com base no gênero. Embora tais atos geralmente ocorram na esfera virtual, eles resultam em danos tangíveis – físicos, sexuais, psicológicos, sociais, políticos e/ou econômicos. Esse tipo de violência não termina quando as mulheres se desconectam: há uma continuidade entre a violência no mundo real e a violência online, com a tecnologia ajudando a perpetuar e aumentar, por exemplo, o tráfico e outras formas de abuso.

Na esfera online, a violência baseada em gênero também força mulheres e meninas a se autocensurar e se defender, limitando sua capacidade de se envolver e participar virtualmente. À medida que a mídia social se torna um espaço cada vez mais crucial para socialização e organização, também se tornou um local importante de desinformação de gênero, desinformação, discurso de ódio sexista, dentre outros – tudo o que prejudica a expressão e o movimento online das mulheres e meninas.

Para mulheres que enfrentam formas cruzadas de discriminação, incluindo mulheres de negras, mulheres com deficiência e pessoas LGBTQ+, o risco é ainda maior. O mesmo acontece com as mulheres públicas – jornalistas, políticas e ativistas – que enfrentam níveis significativamente mais altos de discurso de ódio e outros tipos de violência do que seus colegas do sexo masculino.

Além da falta de uma definição formal, não existem normas e padrões globais coerentes sobre violência baseada em gênero online. À medida que a tecnologia gera novas formas de violência – como deepfakes não consensuais – as estruturas legais existentes deixam de se aplicar. E a violência online (como todas as formas de violência de gênero) é seriamente subnotificada, com apenas 1 em cada 4 mulheres relatando atos violentos à plataforma onde ocorreram, e menos ainda – 14% – relatando a uma agência de proteção.

Todo este cenário leva a crer que uma ação urgente é necessária. Estruturas legais ampliadas devem ser desenvolvidas em coordenação com as organizações de mulheres e centradas nos direitos humanos. Os formuladores de políticas devem coordenar com o setor de justiça, organizações da sociedade civil, mídia e outros setores, o desenvolvimento de respostas coerentes e estratégias de mitigação. E os processos de design baseados em direitos humanos podem melhorar os sistemas de denúncia e moderação, ajudando a aliviar o ônus das vítimas.

Por fim, ensinar cidadania digital pode ajudar a cobrir questões de violência online – ao mesmo tempo em que instila empatia e uso ético de mídia digital e ensina meninos e homens a se tornarem defensores da igualdade de gênero.

Para ler a proposta completa, [clique aqui](#). Para assistir o vídeo divulgado pela ONU Mulheres, [clique aqui](#).

ONU Mulheres - Mulheres na Política 2023

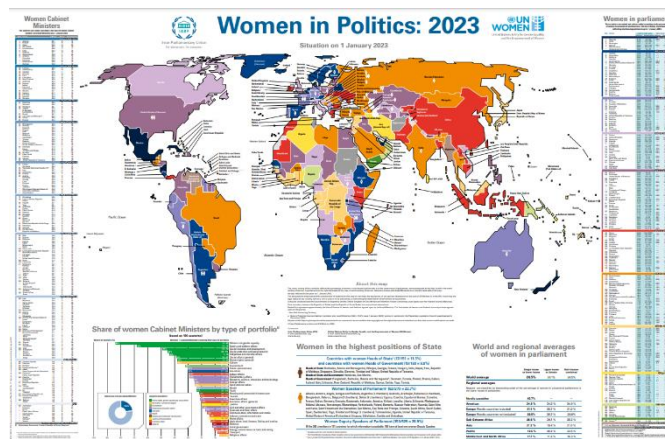
O mapa “Mulheres na política: 2023”, elaborado pela União Interparlamentar (IPU) e pela ONU Mulheres, apresenta novos dados para mulheres em cargos executivos e parlamentares nos países a partir de 1º de janeiro de 2023. Dados mostram que as mulheres estão sub-representadas em todos os níveis de tomada de decisão em todo o mundo e que alcançar a paridade de gênero na vida política está longe.

- Mais mulheres nos cargos mais altos do Estado: 11,3% dos países tinham mulheres como chefes de Estado (17 de 151 países, excluindo os sistemas de monarquia) e 9,8% tinham mulheres como chefes de Governo (19 de 193). Estes números mostram um aumento em comparação com uma década atrás, quando os números eram de 5,3% e 7,3%, respectivamente. De todas as regiões, a Europa continua a ter o maior número de países liderados por mulheres.
- A Europa e as Américas têm o maior número de mulheres ministras: representam 22,8% dos ministros globalmente. Europa e América do Norte (31,6%) e América Latina e Caribe (30,1%) - regiões com a maior participação de mulheres nos gabinetes. No entanto, na maioria das outras regiões, as mulheres estão gravemente sub-representadas, caindo para 10,1% na Ásia Central e Meridional e 8,1% nas Ilhas do Pacífico (excluindo Austrália e Nova Zelândia).
- Apenas 13 países, quase todos na Europa, têm gabinetes com paridade de gênero, com 50% ou mais de mulheres como chefes de ministério (Albânia, Finlândia, Espanha, Nicarágua, Liechtenstein, Chile, Bélgica). Enquanto nove países – a maioria na Oceania e na Ásia Ocidental – não têm mulheres em cargos ministeriais.

- Mulheres lideram pastas de direitos humanos, igualdade de gênero e proteção social.
- As mulheres tendem a liderar áreas políticas relacionadas à igualdade de gênero, direitos humanos e assuntos sociais.
- Embora sub-representadas, as mulheres estão à frente de outras importantes pastas políticas, incluindo meio ambiente (32%), administração pública (30%) e educação (30%).
- Os homens continuam a dominar áreas políticas como economia, defesa, justiça e assuntos internos. As mulheres representam apenas 12% dos ministros de gabinete que lideram os portfólios de defesa e governo local, 11% dos portfólios de energia, combustíveis de recursos naturais e mineração e 8% dos portfólios de transporte.

Women tend to lead policy areas related to gender equality, human rights, and social affairs.

Ministerial portfolio	% Women
Women and gender equality.	84%
Family and children affairs	68%
Social inclusion and development	49%
Social protection and social security	45%
Indigenous and minority affairs	44%



Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2023.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#). Para acessar outras informações, [clique aqui](#).

The Lancet - Seu Corpo é um Campo de Batalha - De flores a rastreadores de fluxo menstrual: a corporatização da igualdade e bem-estar das mulheres

O Dia Internacional da Mulher oferece uma série de opções de “merchandising”, desde as onipresentes flores até o hidratante mais específico “que combate a insônia” ou um “iluminador para canalizar seu brilho interior”. Apropriação corporativa de um dia originalmente estabelecido para promover os direitos das mulheres e o sufrágio universal teria, presumivelmente, sido um anátema para Clara Zetkin, a socialista alemã que propôs pela primeira vez um “Dia da Mulher Especial” com um “caráter internacional” em 1910.

No entanto, a data para conscientizar sobre a luta pela igualdade e celebrar as contribuições das mulheres para a sociedade foi oficializada pela ONU apenas em 1975, instituindo assim o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Do lado positivo, as mulheres agora têm o direito ao voto em todos os países (embora no Vaticano apenas membros masculinos do sínodo possam votar). Do ponto de vista negativo, ainda há muita luta pela frente. O Banco Mundial estima que bilhões de mulheres carecem dos mesmos direitos legais e oportunidades econômicas iguais aos homens, e as desigualdades continuam ao longo de uma série de indicadores sociais, políticos, de desenvolvimento e econômicos.

Por exemplo, em 56 países as mulheres (mas não os homens) estão sujeitas a algum tipo de restrição à sua mobilidade, incluindo 31 países onde uma mulher não pode obter um passaporte da mesma forma que um homem. Embora a participação das mulheres no ensino superior tenha aumentado globalmente, as normas restritivas de gênero continuam a influenciar o que as pessoas estudam: as lacunas de gênero permanecem arraigadas em favor dos homens na parcela de pós-graduação em informação, comunicação, tecnologias, engenharia, manufatura e construção.

O impacto combinado do conflito, da crise climática e dos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19 está exacerbando as desigualdades de gênero, inclusive por meio da menor participação das mulheres na força de trabalho formal do que antes da pandemia em 169 países. Quando as mulheres obtêm acesso à força de trabalho remunerada, é provável que ocupem empregos com salários e status inferiores aos dos homens. A análise em 54 países realizada pela Organização Internacional do Trabalho e a OMS em 2022 constatou que as mulheres nos setores de saúde e assistência ganham cerca de 20% menos que os homens. Essa diferença salarial entre gêneros não reflete o trabalho não pago ou mal pago de 6 milhões de mulheres que trabalham para manter sistemas de saúde ou a contribuição dos cuidados domésticos não remunerados das mulheres que sustentam os sistemas globais de trabalho e produção.

Em 2023, o tema do Dia Internacional das Mulheres da ONU: “Inovação e Tecnologia para a Igualdade de Gênero” aborda uma questão que parece voltada para o futuro, mas levanta desafios de igualdade de gênero na era do capitalismo de vigilância. As mulheres ocupam apenas um quarto das posições de liderança em tecnologia global e, como consumidoras, as mulheres não têm acesso igual às tecnologias digitais.

Em 2022, a diferença de gênero no acesso à Internet móvel foi relatada como 20–38% na Índia e no Quênia e a posse de telefone celular teve uma diferença de gênero de 16% no Nepal. Quando mulheres e meninas acessam espaços digitais, elas enfrentam ameaças à segurança e privacidade: mais de 50% das mais de 14.000 meninas pesquisadas em 31 países relataram violência cibernética, incluindo assédio, abuso, perseguição e ameaças de violência física e sexual.

Desafios de gênero e saúde incluem as consequências de empresas comerciais que detêm dados pessoais de milhões de mulheres em todo o mundo. Um dos aplicativos de rastreamento menstrual mais baixados e usado por milhões de mulheres e mecanismos de pesquisa na internet como informações sobre onde encontrar uma clínica de aborto, como comprar on-line medicamentos para interrupção da gravidez ou quaisquer outras atividades dessa natureza deixam uma pegada digital do status reprodutivo e da história de uma mulher. Essas atividades on-line não são neutras em relação ao risco na era do complexo industrial de vigilância. Dados de rastreamento de localização podem ser usados para atingir mulheres que visitam clínicas de aborto nos EUA com mensagens antiaborto. Preocupações sobre essas questões levaram à introdução do tema “My Body, My Data Act” em Congresso dos EUA, que busca garantir a privacidade dos dados de saúde reprodutiva e sexual, incluindo os dados coletados online.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).